

8.1 ALTERAÇÕES AO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA – PARTE B -ARTIGO B-3/1º, B-3/4º e PARTE H-1/17:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista a aprovação da Assembleia Municipal, o projeto de alterações de acordo com a proposta anexa.

Tem informação circunstanciada do **DMGAP – Divisão de Serviços Jurídicos e do Contencioso.**



MYDOC N° 9205

ALTERAÇÕES AO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA

PARTE B –ART. B-3/1º, B-3/4º e PARTE H –ART. H-1/17º

Gestor do procedimento: Elisa Cunha Coelho

① VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS REGRAS DO CPA APLICÁVEIS

1. Aprovação do início do procedimento em Reunião do Executivo Municipal de **05/02/2018 ✓**
6. Publicitação do início do procedimento :
 - i. no sítio institucional do Município **09/02/2018 ✓**
7. Fim dos 15 dias **01/03/2018 ✓**
8. Remessa ao EM para aprovação da consulta pública: deliberação de **29/03/2018 ✓**
9. Consulta pública:
 - i. Data da publicação no DR: **09/05/2018 ✓**
 - ii. Data da publicação no sítio institucional do Município: **Aviso 9/2018 –**
 - iii. **09/05/2018 ✓**
Prazo (30 dias)
Fim – consulta pública: **07/06/2018 ✓**
(Dada a urgência desta revisão, em concreto)

Verifica-se o cumprimento das disposições legais exigíveis.

Não houve constituição de interessados, nem apresentação de propostas, nem contributos no âmbito da consulta pública.



② Assim sendo, a Proposta está pronta a ser remetida ao Executivo Municipal, com vista à remessa à Assembleia Municipal para aprovação.

À Consideração superior,

07/06/2018

A jurista,

Elisa Cunha Coelho

Concord.

7/6/2018

Amado
O Diretor Municipal de Gestão Administração e Prospetiva
Miguel Antunes Guimarães

9/6/2018

*A reunião do
Executivo Municipal
+ 1.ª Câmara
12 Junho 2018*



PROPOSTA

PARTE B – URBANISMO	
TÍTULO III – SALVAGUARDA E REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO	
CAPÍTULO I – Disposições gerais	
Redação anterior	Nova redação
TÍTULO III – SALVAGUARDA E REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO	TÍTULO III – SALVAGUARDA E REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO E OUTRAS ZONAS ESPECIAIS
Artigo B -3/1.º Objeto Sem prejuízo da legislação em vigor sobre esta matéria, o presente Título tem como objeto estabelecer, em especial, um conjunto de regras que visam orientar a transformação do conjunto urbano do Centro Histórico e da Zona dos Galos, definindo condições essenciais para a sua renovação, recuperação e reutilização, mantendo o carácter essencial da sua arquitetura e imagem urbana.	Artigo B -3/1.º Objeto Sem prejuízo da legislação em vigor sobre esta matéria, o presente Título tem como objeto estabelecer, em especial, um conjunto de regras que visam orientar a transformação do conjunto urbano do Centro Histórico, da Zona dos Galos e das zonas de proteção a bens culturais classificados ou em vias de classificação, definindo condições essenciais para a sua renovação, recuperação e reutilização, mantendo o carácter essencial da sua arquitetura e imagem urbana.
Artigo B-3/4.º Incentivos Tendo em vista incentivar e estimular a salvaguarda e a revitalização do Centro Histórico, nomeadamente, através da realização de operações urbanísticas que promovam a reabilitação do	Artigo B-3/4.º Incentivos Tendo em vista incentivar e estimular a salvaguarda e a revitalização do Centro Histórico, da Zona dos Galos e das Zonas de Proteção a bens culturais classificados ou em vias de classificação,



edificado em cumprimento com a natureza e a especificidade das normativas urbanísticas do presente Título, institui-se a possibilidade de:

- a) Conceder a isenção de pagamento de taxas municipais nas condições estipuladas no Artigo H-1/17.º;
- b) Disponibilização de acompanhamento técnico a requerentes e técnicos, em sede da elaboração dos respetivos projetos;
- c) Concessão de apoio técnico, ao nível da elaboração de projetos de arquitetura, a cidadãos que comprovem carência socioeconómica, a Juntas de freguesia e a instituições sem fins lucrativos.

nomeadamente, através da realização de operações urbanísticas que promovam a reabilitação do edificado em cumprimento com a natureza e a especificidade das normativas urbanísticas do presente Título, institui-se a possibilidade de:

- a) Conceder a isenção de pagamento de taxas municipais nas condições estipuladas no Artigo H-1/17.º;
- b) Disponibilização de acompanhamento técnico a requerentes e técnicos, em sede da elaboração dos respetivos projetos;
- c) Concessão de apoio técnico, ao nível da elaboração de projetos de arquitetura, a cidadãos que comprovem carência socioeconómica, a Juntas de freguesia e a instituições sem fins lucrativos.»

PARTE H

TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS

TÍTULO I

TAXAS MUNICIPAIS

Redação anterior	Nova redação
<p>Artigo H-1/17.º</p> <p>Isenções relativas a operações urbanísticas no Centro Histórico</p> <p>1 – No âmbito dos incentivos previstos no Artigo B-3/4.º, o Município de Braga institui o programa de isenção de pagamento de taxas municipais, nas condições e preceitos a seguir enunciados:</p> <p>i. Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras</p>	<p>Artigo H-1/17.º</p> <p>Isenções relativas a operações urbanísticas no Centro Histórico e outras</p> <p>1 – No âmbito dos incentivos previstos no Artigo B-3/4.º *, o Município de Braga institui o programa de isenção de pagamento de taxas municipais, nas condições e preceitos a seguir enunciados:</p> <p>i. Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras</p>



<p>de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;</p> <p>ii. Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;</p> <p>iii. Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.</p> <p>2 - A isenção de pagamento de taxas só poderá ser concedida uma vez cumpridas todas as formalidades legais e regulamentares, indispensáveis à aprovação da operação urbanística inerente, e na condição de, relativamente à operação urbanística em análise, não se ter verificado, em nenhum momento, o desrespeito pelo disposto no Título B-3 ou pela legislação aplicável e em vigor.</p>	<p>de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;</p> <p>ii. Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;</p> <p>iii. Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.</p> <p>2 - A isenção de pagamento de taxas só poderá ser concedida uma vez cumpridas todas as formalidades legais e regulamentares, indispensáveis à aprovação da operação urbanística inerente, e na condição de, relativamente à operação urbanística em análise, não se ter verificado, em nenhum momento, o desrespeito pelo disposto no Título B-3 ou pela legislação aplicável e em vigor.</p>
---	---